



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

LILIANE LIMA DA SILVA

**O TRABALHO VOLUNTÁRIO REALIZADO NO PROGRAMA BANCO DE
ALIMENTOS DO SESC/CENTRO DE CAMPINA GRANDE/PB: UMA
ANÁLISE DA QUESTÃO**

**CAMPINA GRANDE
2013**

LILIANE LIMA DA SILVA

O TRABALHO VOLUNTÁRIO REALIZADO NO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS DO SESC/CENTRO DE CAMPINA GRANDE/PB: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa

CAMPINA GRANDE
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UEPB

S586t Silva, Liliane Lima da.
O trabalho voluntário realizado no programa banco de alimentos do SESC/Centro de Campina Grande/PB [manuscrito] : uma análise da questão / Liliane Lima da Silva. – 2013.
26 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

“Orientação: Profa. Ma. Cleônia Maria Mendes de Sousa, Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço Social. 2. Trabalho Voluntário. 3. Terceiro Setor. 4. Neoliberalismo. I. Título.

21. ed. CDD 361

LILIANE LIMA DA SILVA

O TRABALHO VOLUNTÁRIO REALIZADO NO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS DO SESC/CENTRO DE CAMPINA GRANDE/PB: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 19 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Cleônia Maria Mendes de Sousa

Prof^a Ms. Cleônia Maria Mendes de Sousa
Orientadora

Maria do Socorro Pontes de Sousa

Prof^a Ms. Maria do Socorro Pontes de Sousa
Examinadora

Francisca Mascena Rodrigues

Prof^a Ms. Francisca Mascena Rodrigues
Examinadora

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Distribuição do estado civil	20
Gráfico 02 - Distribuição do grau de escolaridade	21
Gráfico 03 - Distribuição profissão	21

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
LOSAN	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
ONGs	Organizações Não-Governamentais
SESC	Serviço Social do Comércio
UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO	8
3 A QUESTÃO SOCIAL, O ESTADO NEOLIBERAL E O TERCEIRO SETOR	12
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	15
4.1 O PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS DO SESC, LÓCUS DA PESQUISA	15
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4.3 REFLETINDO OS DADOS DA PESQUISA	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

O TRABALHO VOLUNTÁRIO REALIZADO NO PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS DO SESC/CENTRO DE CAMPINA GRANDE/PB: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO

Liliane Lima da Silva

RESUMO

O Trabalho Voluntário é um tema complexo e tem demandado pesquisas e estudos no âmbito acadêmico, isso se deve ao fato de quando falamos em voluntariado estamos também abrindo um leque de questões como a Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Além disso, o contexto econômico e social contemporâneo implica as novas configurações do voluntariado, principalmente a partir da década de 90, com a implantação do Neoliberalismo no Brasil. O presente artigo científico é oriundo da experiência de estágio supervisionado realizado no Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio (SESC/Centro) do município de Campina Grande/PB. O mesmo teve como objetivo analisar os fatores que motivam a participação dos voluntários no citado Programa. A pesquisa foi de caráter exploratório e teve uma abordagem quali-quantitativa. Os dados foram coletados através da técnica da entrevista semi-estruturada. Os dados quantitativos foram submetidos a tratamento estatístico e os qualitativos a análise de conteúdo. A amostra pesquisada foi composta de 06 voluntários do Programa Banco de Alimentos. De maneira geral, os resultados da pesquisa apontam que a maioria é do sexo feminino, possui baixo nível de escolaridade, 67% dos entrevistados estudaram até o ensino fundamental. Possuem precárias condições econômicas, pois eles são usuários do Programa Bolsa Família. Constatamos ainda que os entrevistados são motivados a ser voluntário pelo fato de querer “ajudar” o próximo.

Palavras-chave: Trabalho Voluntário. Terceiro Setor. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The Volunteer is a complex subject and has demanded research and studies in the academic, this is due to the fact that when it comes to volunteering're also opening up a range of issues such as Social Responsibility and Third Sector. Moreover, the economic and social context implies new contemporary settings of volunteering, especially from the 90s, with the deployment of Neoliberalism in Brazil. This scientific article comes from the experience of supervised internship program conducted at the Food Bank Social Service of Commerce (SESC/Center) in Campina Grande/PB. The same was to analyze the factors that motivate the volunteers' participation in said program. The research was exploratory and had a qualitative and quantitative approach. Data were collected through the technique of semi-structured interview. Quantitative data were analyzed statistically and qualitative content analysis. The study sample consisted of 06 volunteers from the Food Bank Program. Overall, the results of the research show that the majority is female, has a low level of education, 67% of respondents have studied up to primary. Have poor economic conditions, as they are users of the Bolsa Família. We note also that respondents are motivated to volunteer because of wanting to "help" others.

Keywords: Volunteer. Third Sector. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho voluntário é um fenômeno que vem crescendo em nossa sociedade, apresentando diferentes aspectos e significados, sendo disseminado como um mecanismo e dimensão da solidariedade, sob a forma de responsabilidade social para amenizar a situação da pobreza no mundo. A partir da década de 90 (século XX) a cultura do trabalho voluntário relaciona-se com os processos de organização da relação entre Estado e sociedade em que o trabalho voluntário tem sido incentivado para o enfrentamento das diversas expressões da questão social (LADIM, 2000).

No Brasil, a Igreja Católica assumiu o protagonismo histórico no incentivo ao trabalho voluntário e pela responsabilidade cristã e solidariedade cristã mobilizou fiéis por séculos, considerando, principalmente, a sua vasta experiência desenvolvida no campo da ação social, sendo durante muito tempo a principal responsável pela assistência social aos menos favorecidos, fundamentando-se na caridade e nas questões da vida espiritual. Assim, o conceito de voluntariado tem assumido conotações diferentes.

Ao longo do tempo o trabalho voluntário passou a ser enaltecido como mecanismo da responsabilidade social, resgatando entre as pessoas o interesse de se responsabilizarem pelos problemas sociais, os quais são oriundos do próprio modo de produção capitalista e agravados com o projeto neoliberal (1990). O neoliberalismo se fundamenta numa crítica ao Estado interventor propondo políticas focalizadas e residuais. Essa concepção tende a aproximar o conceito de voluntariado como exercício da cidadania enquanto co-responsabilidade na busca de respostas às necessidades sociais.

Segundo Pinheiro (2003), a cultura do voluntariado incentivado pelo modelo neoliberal tende a ser um discurso homogêneo para qualificar o trabalho voluntário como forma de participação social da sociedade, sintetizando-se como “cidadania participativa”, assim, gera apelos na busca da mobilização da sociedade para o exercício da ação voluntária, utilizando-se principalmente dos conceitos de responsabilidade social, solidariedade e parceria. Foi a partir da perspectiva crítica que buscamos neste trabalho, analisar os fatores determinantes para a participação dos voluntários no Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio

(SESC/Centro), no município de Campina Grande/PB, assim como, identificar o perfil socioeconômico dos mesmos e conhecer quais as atividades eram realizadas pela equipe de voluntários. O Serviço Social do Comércio foi fundado no Brasil, em 1946, oficializado pelo decreto de Lei nº 9.853 de 13/09/1946. Surgiu no período pós Guerra e baseia-se nas considerações de que o Estado tem a obrigação de incentivar e estimular a cooperação das classes para promover o bem estar social, atendendo os trabalhadores do comércio (YOSHIDA, 2004).

A aproximação com a temática foi resultado da nossa experiência enquanto estagiária de serviço social, junto ao grupo de voluntários do programa Banco de Alimentos do SESC, no período compreendido entre 2010 e 2011. A pesquisa foi realizada no período de março a abril de 2011, tendo como sujeitos, os voluntários inseridos no programa Banco de Alimentos do SESC/Centro. Foram entrevistados seis dos dez voluntários que fazem parte do programa. A amostra foi determinada pela disponibilidade de participar e assiduidade de cada integrante.

O referido estudo torna-se relevante porque possibilita a produção de conhecimentos em torno da temática abordada, subsidiando os profissionais que atuam na área e na realização de futuras pesquisas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente, fizemos uma breve contextualização histórica acerca do trabalho voluntário, especificamente no Brasil; em seguida, enfocamos a questão social, o Estado neoliberal e o ‘terceiro setor’; posteriormente, apresentamos e discussão dos resultados da pesquisa; e por último, as considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário não é um fato recente na história da humanidade e, por muito tempo, a religião continuou sendo a principal motivadora do trabalho voluntário. Nos séculos XVII e XVIII, a maioria das entidades filantrópicas de que se tem registro era ligada à Igreja Católica. Nesse sentido, o trabalho voluntário no Brasil seguiu sua trajetória, marcado pelo assistencialismo da Igreja católica que ainda constitui-se como uma das principais instituições que utiliza e mobiliza voluntários para participarem dos seus projetos sociais, apenas com o trabalho da

Pastoral da Criança, ela mobiliza mais de 200 mil voluntários no Brasil, segundo artigo publicado pelo site da Associação Criança Cidadã. Para Galiano (1996), o trabalho voluntário é uma das formas mais transformadoras de participação cidadã em nossa sociedade atual, pois é o meio com que todo cidadão, pode fazer a diferença no meio e que vive, vale salientar que nos dias de hoje esse conceito passou por mudanças, pois atualmente a ação voluntária, muitas vezes é valorizada pelo mercado, organizada pelo marketing social e pela mídia de massas, prevalecendo o mercado e não a condição humana.

Segundo Silva (2008, p. 17),

o voluntariado expressa a diferença e ao mesmo tempo distingui-se do outro, sem separar-se dele” ou melhor, une-se a ele. Numa perspectiva de ruptura do isolamento e da solidão, o voluntário fixa raízes, na fronteira entre a manutenção do estado de coisas neutralizado, manifesto em seu discurso evolucionista ou de transformação deste mundo.

Assim, o conceito de voluntariado é polêmico, por isto deve ser levado em conta o contexto histórico e a perspectiva de análise de quem aborda a temática.

Conforme Monteiro (2004), algumas instituições marcaram a história do voluntariado no Brasil e contribuíram para a sua expansão, tais como: No governo do presidente Getúlio Vargas, 1942, é fundada a Legião Brasileira de Assistência, que tinha o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, com o fim da Guerra se tornou um órgão de assistência a famílias necessitadas em geral, foi extinta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1992. Em 1961, surge a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), que tem como a principal função prestar serviços de assistência social no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, assim como suas famílias, funciona até os dias de hoje (2012). No ano de 1967 é criado o Projeto RONDON, que leva universitários brasileiros para dar assistência a comunidades carentes no interior do país.

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa Comunidade Solidária, em 1995, com o objetivo de envolver diversos setores da sociedade civil, para atuarem juntos, visando o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da exclusão social no Brasil.

Em 18 de fevereiro de 1998 foi promulgada a Lei nº. 9.608, que dispõe sobre o serviço voluntário (BRASIL, 1998). Esta lei determina que o serviço ou trabalho voluntário não pode ser remunerado, não gera vínculo empregatício e tampouco obrigação trabalhista, previdenciária ou afim, estabelece também, que deve ser uma atividade prestada por pessoa física a uma entidade pública ou instituição privada sem fins lucrativos, cujos objetivos sejam cívicos, culturais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

A referida lei autoriza o reembolso de despesas feitas pelo voluntário, desde que estas sejam autorizadas pelo coordenador e sejam comprovadamente realizadas no desempenho de atividades voluntárias. Contudo, a principal contribuição que a lei do voluntariado trouxe foi a determinação do estabelecimento de um termo de adesão, que deve ser assinado entre o voluntário e a instituição receptora do serviço. No referido documento deve estar estabelecidas as atividades a serem desempenhadas pelo voluntário, dias e horários, bem com as expectativas de resultado. Conforme prescreve o art. 2º da Lei nº. 9.608 (BRASIL, 1998), o serviço ou trabalho voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade e o prestador do serviço voluntário. Tal preocupação do legislador visa assegurar à entidade a garantia da inexistência do vínculo trabalhista como obrigações de natureza trabalhista, previdenciárias ou afins.

Mesmo com a lei promulgada, até alguns anos atrás o serviço voluntário era visto como algo diretamente ligado a questão religiosa, realizado apenas por quem não tinha ocupação.

Segundo Pinheiro (2003), o voluntariado apresenta-se como uma realidade social de trabalho em reconfiguração na atualidade, dado o tensionamento entre suas formas tradicionais e os atuais movimentos de profissionalização do terceiro setor. Os motivos que levam as pessoas a realizarem ações voluntárias dependem da história de vida e das expectativas de cada uma. Pode ser uma forma de encarar a vida, de perceber as necessidades dos outros, de entender seu papel na comunidade e partir para a ação, de adquirir experiência profissional entre outras.

De acordo com o manual do voluntário, do Programa Mesa Brasil SESC (BARROS, 2007), os voluntários devem ter valores e atitudes específicas, que representam uma ação com motivação consciente, são eles: respeito; ética; solidariedade; igualdade; e justiça.

Segundo Barros (2007, p. 11), esses valores se concretizam nas atitudes, dentre às quais:

- a) Respeitar as diferenças culturais, religiosas, étnicas, sociais, e de gênero.
- b) Facilitar os processos de diálogos.
- c) Ter iniciativa, cooperar e trabalhar em equipe.
- d) Perceber a possibilidade de crescimento pessoal através do serviço voluntário.
- e) Adquirir a capacitação necessária para o serviço voluntário.

O voluntariado nasce do “encontro da solidariedade com a cidadania” e é o meio pelo qual demonstram sua capacidade de assumirem responsabilidades e de agirem por si mesmas, visando bem-estar social. No entanto, o serviço Voluntário não pode ser usado como desculpa para que os governantes deixem de cumprir sua responsabilidade na execução das políticas sociais e nem as empresas utilizá-lo como forma de reduzir o seu quadro de funcionários.

O Trabalho Voluntário no Brasil abandona o amadorismo e busca a profissionalização para atingir um objetivo mais ambicioso: o lucro, na forma do maior número de cidadãos atingidos e para isto as instituições estão contratando especialistas no mercado, e até mesmo os voluntários passam a atuar de maneira mais técnica. Algumas das empresas privadas já consideram como diferencial no currículo a participação do pretendente ao emprego, a sua participação em ações voluntárias.

A maioria dos voluntários não se constitui de especialistas e nem de gente desocupada: são cidadãos, de variadas idades, profissões e experiências de vida, indignados com as desigualdades deste mundo e que não querem se sentir impotentes no esforço de melhorar a vida dos mais necessitados. São pessoas que descruzam os braços ao se dar conta podem ser efetivos agentes de transformação social. Pela própria natureza da generosidade, desprendimento, disponibilidade e leveza, só o voluntário é capaz de se relacionar como um amigo e não como um professor, no sentido formal (BARROS, 2007, p. 20).

No entanto, não podemos ter uma visão ingênua no que se refere ao trabalho voluntário, pois com as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho, cada vez mais existe por parte da mídia e dos gestores um apelo a sociedade civil para que as pessoas sejam voluntárias nas diversas políticas sociais, deixando assim, de

exercerem o seu principal papel que é do controle social, assegurado a partir da Constituição Federal de 1988. No próximo tópico, abordaremos questões que estão intrínsecas ao trabalho voluntário, como o papel do Estado e o Terceiro Setor.

3 A QUESTÃO SOCIAL, O ESTADO NEOLIBERAL E O TERCEIRO SETOR

Para considerarmos o atual papel do Estado, se faz necessário destacar sua historicidade ao longo dos anos, os papéis que ele assumiu e suas transformações constantes que contribuíram para sua dinâmica vigente.

No caso específico da realidade brasileira, foi a partir do início da década de 1930 com o desenvolvimento do modo de produção capitalista que a Questão Social¹ se consolida, passando a ser alvo da intervenção mais direta do Estado, o qual faz através de políticas sociais e programas assistenciais. Nesse sentido, o denominado Estado de Bem-Estar Social toma forma. Seus objetivos eram a correção de desigualdades, pobreza e perda de renda, tais programas tiveram sua consolidação no Pós-Guerra e permitiram minimizar as desigualdades oriundas da etapa de crescimento capitalista do chamado “Anos Dourados”, sob a hegemonia do capitalismo norte-americano (TEIXEIRA, 1996, p. 16).

Com isso, observamos que principal função do Estado consistia em gerir e regular a vida em sociedade, porém, com o passar dos tempos ocorre uma minimização do seu papel na garantia de direitos, tornando-se um instrumento de opressão de uma classe contra outra.

Foi somente na década de 1990 que o Estado se caracteriza pela intervenção da política neoliberal, que prega a diminuição do papel deste através da contenção de gastos e investimentos nas políticas públicas, o que provoca por sua vez a precarização e o sucateamento de tais políticas.

Conforme Behring e Boschetti (2006) dentre as consequências do neoliberalismo, houve o aumento do desemprego, redução do setor público, através da privatização, a não regulamentação dos avanços sociais da Constituição de

¹ Conforme Yasbek (1993, p. 36) “a questão social diz respeito à divisão da sociedade em classes e à luta pela apropriação da riqueza propriamente produzida”.

1988, as desigualdades sociais, o trabalho precário e terceirizado, que resultou na predominância da política de assistência social.

Considerando que o Brasil fez adesão ao projeto neoliberal é importante para nossa compreensão realizarmos uma breve retrospectiva histórica do mesmo no âmbito internacional e local.

O Neoliberalismo nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro, como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, que passou a se constituir desde então, na principal força estruturadora de processo de acumulação de capital e desenvolvimento social (TEIXEIRA, 1996).

Em sua forma histórica original, o liberalismo nasce como um corpo de formulações teóricas que defendem um Estado constitucional. Em outras palavras o Estado, tem como função principal e específica a instituição de um Estado jurídico, no qual a liberdade de um possa coexistir com os outros segundo um conjunto de leis expressas num código ou numa constituição (MERQUIOR, 1991).

O liberalismo é caracterizado principalmente porque combate o intervencionismo do Estado em todas as esferas.

caracteriza-se principalmente, pela separação entre Estado e economia e pela tentativa de reduzir a política à chamada sociedade política, isto é, por tentar despolitizar as relações econômicas e sociais. Ao tentar separar a política da economia o Estado liberal definirá, por um conceito de sociedade reduzida aos produtores e aos cidadãos [...] (TOLEDO, 2002, p. 72)

No final do século XIX, ocorre o declínio do liberalismo em decorrência das lutas sociais e políticas. É a partir daí que surge a necessidade de adaptação das novas configurações, foi instalado assim, o Welfare -State ou o denominado Estado de Bem Estar Social.

O Estado Social constituiu-se, pois, uma reação ao Estado liberal e a economia de mercado no início do século XX com a constituição de Weimar, caracterizado pela intervenção Estatal, pela proteção a classe trabalhadora dentro e fora da produção, como no caso dos seguros sociais, pela intervenção no mercado limitando-o e pela geração de emprego (LIMA FILHO, 2005, p. 2).

Foi em 1973, quando o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão que surge a crise do Estado de Bem Estar e as idéias neoliberais passaram a ganhar força. Contextualizando para a realidade brasileira, podemos afirmar que o fim da ditadura militar, em 1985, foi o marco para a expansão da política neoliberal, especificamente no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e mais efetivada com a entrada de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Atualmente, a presidenta Dilma Rousseff continua implementando a política neoliberal, sob a hegemonia do capital financeiro, o que causa a precarização e o sucateamento das políticas públicas que se tornam seletivas, focalizadas, excludentes e fragmentadas, é o que mostra um artigo publicado no site Humanitas Unisinos. Neste sentido, o Estado neoliberal agrava a Questão Social, e prega a atuação de um “Estado mínimo” que transfere suas obrigações para a sociedade civil, o que é chamado de Terceiro Setor, o qual é a junção de setor estatal e do setor privado para atender às necessidades da população.

Contrapondo a lógica da solidariedade do “terceiro setor” às lógicas do poder do Estado e do lucro das empresas, são referidas como: organizações não-lucrativas e não-governamentais (ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias); instituições de caridades e religiosas; atividades filantrópicas (fundações empresariais, filantropia empresarial, empresa cidadã); ações solidárias, consciência solidária de ajuda mútua e de ajuda ao próximo; ações voluntárias e atividades pontuais e informais.

Para Montañó (2002), o chamado “terceiro setor”, mesmo que de forma encoberta e indiretamente, não está à margem da lógica do capital e do lucro privado e até do poder estatal. Ele é funcional à nova estratégia hegemônica do capital e, portanto, não é alternativo, e sim integrado ao sistema. Ainda segundo o citado autor, o Estado vem se omitindo em sua responsabilidade de intervenção social e repassa recursos públicos para as entidades do “terceiro setor” mediante uma parceria.

Na verdade esta parceria fundamenta-se, por um lado, na real redução relativa de gastos sociais, é mais barato que as ONGs prestem serviços reduzidos e pontuais do que o Estado, pressionado por demandas e com as necessidades da “lógica democrática”, desenvolva políticas sociais universais permanentes e de qualidade. Mas, por outro lado, e de forma fundamental, o objetivo da parceria é claramente ideológico, visa mostrar não um desmonte da responsabilidade estatal

nas respostas às seqüelas da “questão social”, a eliminação do sistema de solidariedade social, o esvaziamento do direito a serviços sociais de qualidade e universais, mas, no seu lugar, quer fazer parecer como um processo apenas de transferência desta função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática, participativa eficiente (o “Terceiro Setor”).

Como exemplo de uma instituição inserida no terceiro setor, existe o SESC, que é uma empresa privada fundada por empresários para atender às necessidades dos trabalhadores do comércio, que se expandiu por todo país, e formula ações para atender algumas necessidades sociais emergentes, como a fome e o desperdício de alimentos, para isso foi criado o Programa Mesa Brasil SESC, aqui no Estado da Paraíba denominado de Banco de Alimentos, com intuito de minimizar o desperdício de alimentos e contribuir com instituições de assistência social e filantropia, o qual será focado a seguir.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta seção será caracterizado o Serviço Social do Comércio SESC, assim como o Programa Banco de Alimentos, onde ocorreu o estágio supervisionado em Serviço Social da UEPB e atuava o grupo de voluntários que fez parte da amostra deste estudo. Posteriormente, será apresentada a metodologia utilizada, e pó fim, a análise dos dados coletados.

4.1 O PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS DO SESC, LÓCUS DA PESQUISA

Na Paraíba, o SESC é criado entre os anos de 1948 e 1949. Um ano depois foi implantado na cidade de Campina Grande/PB, o SESC Açude Velho, em conformidade com as normas gerais ditadas pelos órgãos nacionais que são: o conselho nacional que é o órgão executivo e o conselho fiscal, órgão de fiscalização financeira.

No ano de 1999, o SESC inaugura em Campina Grande/PB outra unidade operacional, o SESC/Centro com o mesmo objetivo de oferecer serviços aos trabalhadores do comércio e seus dependentes. No ano de 2004, é implantado o Programa Banco de Alimentos, que faz parte de um programa nacional chamado de Mesa Brasil SESC, que visa à redução da fome e desnutrição, combatendo o desperdício de alimentos é uma espécie de centro de recolhimento, que busca aonde sobra, seleciona, armazena e redistribui às instituições cadastradas. Para tanto, conta com o apoio de diversos parceiros como a EMPASA (Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas), escolas, fábricas, frigoríficos, supermercados dentre outros segmentos da sociedade que contribuem para que o Banco de Alimentos atenda a mais de 60 instituições cadastradas.

O nosso primeiro contato enquanto estagiária na instituição (SESC/Centro) se deu em outubro de 2009, através de uma reunião entre a professora orientadora e a supervisora de campo. A partir daí iniciou-se o período de observação sistemática e nos meses seguintes a nossa inserção no Programa Banco de Alimentos do SESC/Centro.

O referido Programa funciona durante todos os dias da semana e mantém uma programação específica, com base na captação de alimentos doados, separação desses alimentos e redistribuição para as instituições beneficiárias do programa. Os voluntários participam dessas atividades, sendo o trabalho realizado por eles de fundamental importância para o funcionamento da rotina do Banco de Alimentos, e os mesmos são incluídos em palestras mensais realizadas pela equipe do Programa, com temáticas sobre cidadania, inclusão social e autoestima.

O Programa Banco de Alimentos do SESC Campina Grande/PB está inserido no Programa de nível nacional denominado Mesa Brasil SESC. O mesmo constitui uma rede de solidariedade que atua na área de segurança alimentar e nutricional através da doação de alimentos a entidades sociais que atendem a pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social. Paralelamente, desenvolve ações educativas voltadas para o consumo consciente dos alimentos e resgate da cidadania. Segundo o Manual Mesa Brasil SESC (BARROS, 2007), o Programa Banco de Alimentos é uma iniciativa que dissemina a cultura da responsabilidade compartilhada para a garantia do direito humano à alimentação. Além disso, conta com a doação de parceiros que se interessam pela causa e recebem incentivos como: ampliação das ações de responsabilidade social e

cidadania corporativa, diminuição de custos com descartes de produtos fora dos padrões de comercialização, porém, ainda estão prontos para o consumo, acompanhamento da destinação do alimento doado por meio de relatórios mensais e informativos, divulgação da empresa através de informativos divulgados pelo programa e isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) para os produtos e serviços doados ao Programa Banco de Alimentos.

O referido programa atua com base na Lei nº 11.346, de 2006, que é a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). O artigo 3º desta Lei versa que;

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras formas tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde e da diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e sustentável (FONTENELES, 2008, p. 13).

Em Campina Grande/PB, o Programa Banco de Alimentos conta com a parceria de doadores permissionários da EMPASA, escolas, fábricas, frigoríficos, supermercados, dentre outros segmentos da sociedade que contribuem para que o Banco de Alimentos atenda a mais de 60 instituições cadastradas. A equipe estratégica do Programa desenvolve ações de caráter educativo e através do trabalho interdisciplinar, voltado para a promoção de ações comemorativas, oficinas, palestras, seminários, cursos e treinamentos, que viabilizam o acesso aos serviços e informações que norteiam as instituições receptoras dos alimentos, bem como respondem às demandas provenientes das comunidades atendidas pelo programa. O mesmo conta com a colaboração dos trabalhadores voluntários na seleção dos alimentos doados.

Segundo o Manual do Voluntário do Mesa Brasil SESC (BARROS, 2007, p. 14),

o programa tem no voluntariado uma das suas principais diretrizes, pois acredita que o voluntário é um cidadão com potencial de realizar intensas transformações sociais, através de ações nas áreas de educação, saúde e assistência social que contribuam para a

qualidade e a segurança alimentar e nutricional daqueles que vivem em situação social vulnerável.

Todavia, sabemos que o trabalhador voluntário é um cidadão com inúmeros potenciais, mas daí a realizar grandes transformações sociais, seria praticamente impossível, já que para isso seria necessária a superação do modo de produção capitalista.

Ainda de acordo com o manual acima mencionado, o voluntariado no Programa Banco de Alimentos atua em três grandes áreas (BARROS, 2007): técnica, operacional e administrativa. Na área técnica, o voluntário pode ministrar palestras, cursos e treinamentos diversos, com o objetivo de contribuir para ações educativas inseridas no programa; captar doadores com o objetivo de ampliar os parceiros do programa. Na área operacional, coletar, selecionar e distribuir alimentos, com objetivo de agilizar as entregas para as entidades que recebem as doações, apoiar no desenvolvimento das ações educativas e auxiliar na captação dos alimentos; Na área administrativa, apoio a digitação de fichas de cadastro de instituições, atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas e organização de arquivos.

Vale ressaltar que os voluntários que participam do Programa Banco de Alimentos assinam um termo de adesão ao serviço voluntário, que está de acordo com a Lei nº. 9.608 (BRASIL, 1998), que rege o trabalho voluntário no Brasil.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os fatores determinantes para a participação de voluntários no programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio (SESC/Centro), no município de Campina Grande/PB. Para demarcar o estudo acerca do tema, elaboramos os seguintes questionamentos:

- a) Quais os fatores que motivaram a participação dos voluntários do Programa Banco de Alimentos do SESC/Centro?
- b) Qual o perfil socioeconômico destes voluntários?
- c) Quais as atividades são desenvolvidas e como são?

A pesquisa teve caráter exploratório, que segundo Triviños (1987), permite que o pesquisador aumente sua experiência em torno de um determinado problema, partindo de uma hipótese e aprofundando seu estudo nos limites de uma realidade específica, além disso, foi realizada pesquisa aos documentos da instituição.

Esta pesquisa teve como lócus empírico o Programa Banco de Alimentos do SESC/Centro da cidade de Campina Grande/PB, e os sujeitos pesquisados foram os seis dos dez voluntários do citado Programa.

A abordagem utilizada durante o processo foi quanti-qualitativa. Para coleta dos dados fizemos uso de entrevista semi-estruturada, a qual é definida como:

Entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 174).

Os dados quantitativos foram agrupados e tabulados de modo que facilitou a sua interpretação, pois envolveu codificação das respostas, tabulação e cálculos estatísticos. Todavia, os dados qualitativos foram submetidos à análise de conteúdo.

Durante o processo investigativo cumprimos o que determina a resolução nº 196/96 preconizada pelo Conselho Nacional de Saúde, que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, sendo garantido aos entrevistados o total sigilo das informações coletadas, o acesso aos resultados da pesquisa.

A partir dos dados adquiridos durante o processo de investigação, buscamos apresentar algumas questões referentes ao perfil e a análise das falas dos entrevistados, as quais serão apresentadas a seguir.

4.3 REFLETINDO OS DADOS DA PESQUISA

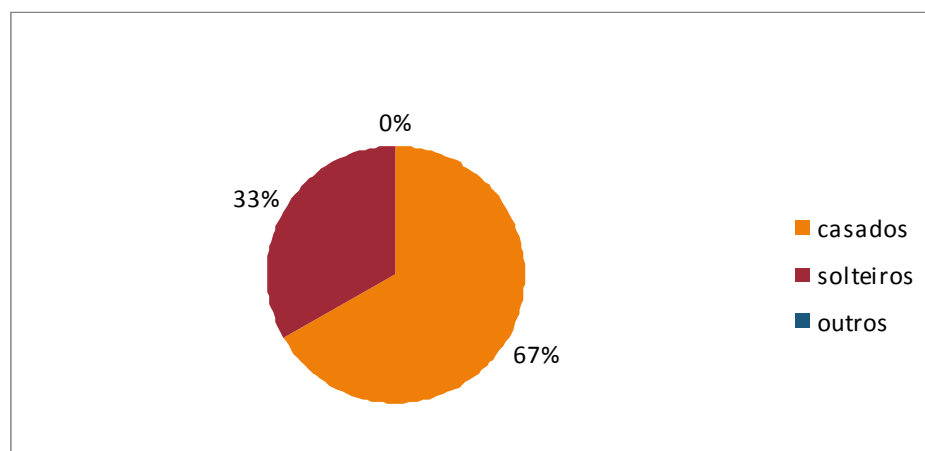
Os dados da pesquisa constataram quedos seis voluntários entrevistados, a maioria, ou seja, 83% deles são do sexo feminino e apenas 17% são de sexo masculino, o que nos mostra a predominância de mulheres como voluntária. Para

Bonfim (2010), o interesse e a procura das mulheres pelo trabalho voluntário se apresentam como uma questão cultural, pois os homens apresentam certa resistência ao trabalho voluntário, por não ter um retorno financeiro.

Com relação à idade dos entrevistados, constatamos que as idades variam de 34 a 69 anos, com maior incidência entre 40 a 47 anos, representando 67% do total de entrevistados. Esses dados demonstram que não existe uma idade limite para ser voluntário no Programa.

De acordo com o Gráfico 01, é possível perceber que dentre os entrevistados a predominância do estado civil é de solteiros (67%), sendo o menor número de pessoas casadas (33%). Segundo dados do IBGE (2013), a maioria dos brasileiros é solteiro, mas cerca de 57% tem união conjugal não oficializada, brasileiros com mais de 15 anos, cerca de 85,5 milhões de pessoas, vivem em algum tipo de união conjugal. Levando em conta somente o estado civil, o número de brasileiros solteiros supera o de casados em todas as regiões do país.

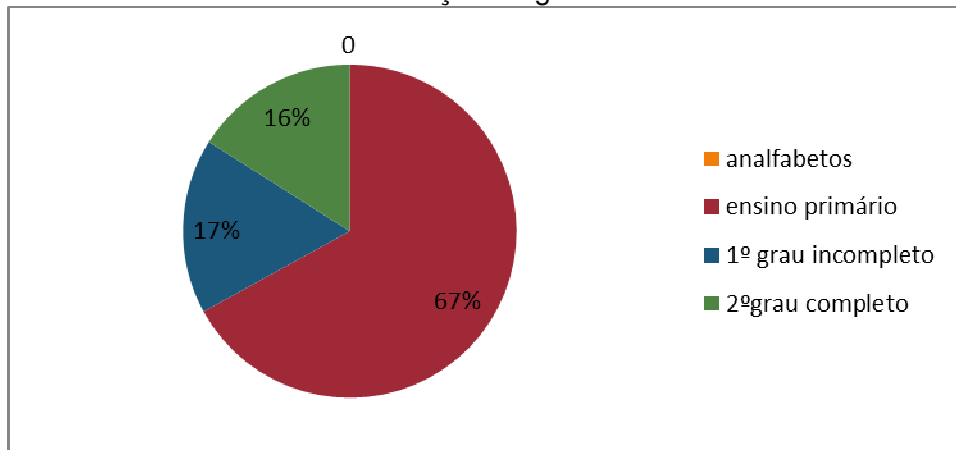
Gráfico 01 – Distribuição do estado civil



Fonte: Pesquisa realizada no SESC/Centro Campina Grande/PB

No que se refere ao grau de escolaridade, os resultados indicam que 67% dos entrevistados estudaram até o ensino fundamental, evidenciando uma baixa escolaridade entre a maioria dos entrevistados, 17% possuem o ensino fundamental incompleto e 16% concluíram o ensino médio.

Gráfico 02 – Distribuição do grau de escolaridade

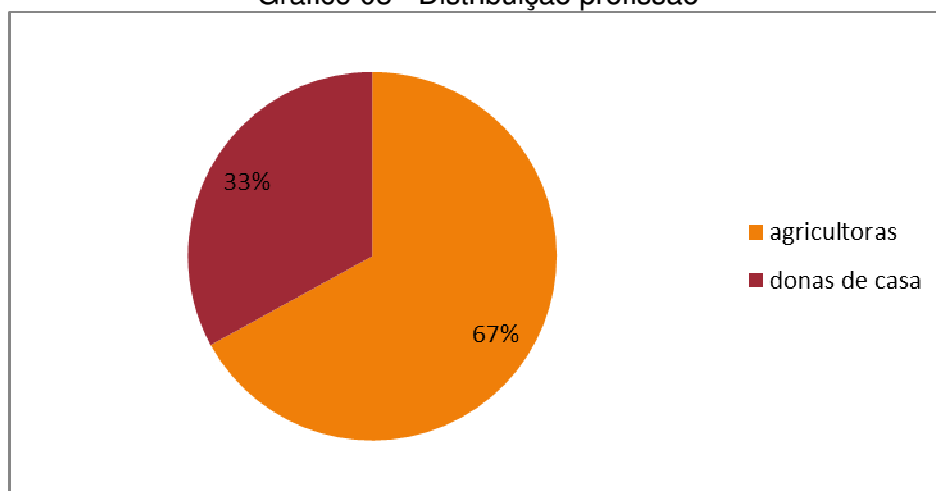


Fonte: Pesquisa realizada no SESC/Centro Campina Grande/PB

Vale ressaltar que 67% dos entrevistados que afirmaram ter o ensino fundamental ainda estão cursando, pois estão matriculados no programa EJA (Educação para Jovens e Adultos). A realidade Paraibana segundo o último censo realizado pelo IBGE (2013) é que de cerca de 60% da população adulta do estado não concluiu a primeira fase do ensino fundamental, o que nos mostra a grande defasagem do ensino, e a importância dos programas de educação para jovens e adultos.

Quando indagamos aos voluntários entrevistados se exerciam alguma profissão, 67% deles afirmaram trabalhar com agricultura e os outros 33% são donas de casa.

Gráfico 03 - Distribuição profissão



Fonte: Pesquisa realizada no SESC/Centro Campina Grande/PB

É bom ter claro que o serviço voluntário não é estágio, porém, para o recém-formado trata-se de uma oportunidade de adquirir prática no seu campo profissional, o trabalho voluntário também pode ser uma forma de se descobrir novos conhecimentos e competências. No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Outro dado relevante é que todos os entrevistados (100%) recebem o benefício do Programa Bolsa Família. O mesmo é um Programa que transfere renda diretamente para as famílias, como forma de garantir os direitos humanos à alimentação adequada, à educação e a saúde, e têm direito ao benefício, famílias cuja renda per capita chega até um quarto do salário mínimo (BRASIL, 2012). No entanto, sabemos que na prática o Programa por si só não extinguirá a pobreza em nosso país, visto que o benefício oferecido às famílias não garante o acesso a todos os direitos mínimos sociais, além disso a fome, a má qualidade no ensino público e a precarização da saúde, são apenas minimizados e não erradicados.

Quando questionamos como foram inseridas no Programa Banco de Alimentos, os entrevistados assim responderam:

Quando João me convidou (Entrevistado 1).*

Através de outras pessoas que já trabalharam aqui (Entrevistado 4).

Comecei ajudando, pois fazia parte de uma instituição (Entrevistado 5).

Diante do exposto podemos constatar que o ingresso dessas pessoas no Programa se deu na maioria por convite de outras pessoas que já eram voluntários e estimulam a participação de outras.

Perguntados sobre o que entendiam por trabalho voluntário, os entrevistados afirmaram:

No trabalho voluntário você faz o bem, encontrei uma família fora de casa. (Entrevistado 1)

Eu acho que é ajudar os outros (Entrevistado 2)

Eu acho que é dar tudo de si, fazer por amor [...] (Entrevistado 3).

Assim, vemos que mesmo com baixo nível de escolaridade e precárias condições econômicas elas querem “ajudar” o próximo e sentirem úteis, fazer algo para outro sem ter retorno financeiro.

Com relação à participação em outras atividades desenvolvida no SESC, os entrevistados foram unânimes em afirmar que não participam. Isto mostra que apesar de serem voluntários e estarem em contato direto com a instituição não participam ou não tem acesso aos grupos existentes como usuários dos serviços.

Ao indagarmos se gostavam do trabalho que realiza no Programa, de maneira sucinta, os resultados foram os seguintes:

Gosto (Entrevistado 4).

Eu amo de coração (Entrevistado 5).

Gosto, para mim não tem tempo ruim (Entrevistado 6).

Quando indagamos o que motiva a serem voluntários, eles assim se expressaram:

Sei que vai fazer o bem ao próximo, sei que vou encontrar amizades, e para finalizar por amor (Entrevistado 1).

Quando eu vejo os outros satisfeitos com o meu trabalho (Entrevistado 2).

Penso que venho trabalhar e fico ansiosa esperando pelo dia de vim, para mim é um compromisso (Entrevistado 3).

Podemos observar que a participação dos voluntários no programa Banco de Alimentos possui uma importância social de resgate à auto-estima dessas pessoas, pois os entrevistados se mostram entusiasmados com a atividade que realizam, além de se sentirem valorizados e reconhecidos pelo que fazem. Também ficou claro através da pesquisa e das experiências obtidas em campo, que o trabalho desse grupo é de fundamental importância para a efetivação das atividades do Programa Banco de Alimentos, pois não há a contratação de mão de obra específica para estarem fazendo a seleção dos alimentos que serão doados às instituições receptoras. Também foi possível constatar na Instituição que os funcionários também são motivados à realizarem trabalhos voluntários na empresa. A motivação para o desenvolvimento de programas se torna fundamental, considerando que o trabalho voluntário, além das habilidades dos colaboradores, exige envolvimento e comprometimento em prol do próximo. Nesse sentido, as empresas que almejam implementar tal programa, precisam criar políticas que estimulem seus funcionários a desenvolverem as ações voluntárias na própria organização ou fora dela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a participação do grupo de voluntários inseridos no Programa Banco de Alimentos do SESC Campina Grande/PB, constatamos que a temática sobre voluntariado é muito abrangente envolvendo diversos aspectos: socioeconômicos, políticos, culturais e jurídicos. Também constatamos que o conceito de voluntariado sofreu modificações ao longo dos tempos de acordo com os vários contextos históricos existentes.

Para a melhor compreensão desta temática, fizemos um retrospecto teórico sobre a questão Social, as políticas neoliberais e o denominado “terceiro setor” com o intuito de fazer uma relação entre estes fatores e o trabalho voluntário na contemporaneidade.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que os voluntários, são motivados pelo fato de querer “ajudar” o próximo, apesar das respostas deles serem reduzidas, foi possível observarmos que eles gostam das atividades que realizam e que tem nesse trabalho o reconhecimento que muitas vezes não tiveram ao longo de suas

vidas profissionais. O grupo é composto em sua maioria de mulheres na faixa etária dos quarenta anos, e buscam o voluntariado como uma prática de inclusão social, pois convivem com pessoas de todos os níveis de escolaridade e tem a oportunidade de praticar a “solidariedade”.

Vale ressaltar que esta equipe de voluntários é muito diferente do modelo preconizado pela mídia, a exemplo do projeto “Amigos da Escola”, que tem o objetivo de incentivar pais de alunos das escolas públicas a doarem um pouco de seu tempo, claro que o pano de fundo dessa questão é a desresponsabilização do Estado, mas no caso dos sujeitos da pesquisa é muito complexo, pois, são pessoas de baixa renda, e grande parte trabalha com a agricultura familiar e todos são usuárias do Programa Bolsa Família.

Este estudo permitiu ainda constatar que o SESC Campina Grande/PB ao absorver o serviço voluntário cumpre o que preconiza a Lei federal que regula o voluntariado, pois os mesmos assinam o termo de adesão e passam a prestar seus serviços na instituição de forma legalizada. No entanto, verificamos algumas limitações dentro da instituição, como a ausência de um maior entrosamento da equipe de voluntários dentro da empresa, pois os mesmos realizam uma determinada função que é primordial para a efetivação do Programa, que no caso é a seleção dos alimentos. Tal compreensão sinaliza a necessidade de que os voluntários possam participar de atividades extras para saírem da rotina, além de serem integrados às atividades oferecidas pela entidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, C. M. S. (Coord.). **Manual do voluntário**: Mesa Brasil. Rio de Janeiro: SESC, 2007.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BONFIM, P. **A “cultura do voluntariado” no Brasil**: determinações econômicas e ideológicas na atualidade. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 2006. Promulga a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial da União**, Brasília 2006.

BRASIL. Serviço Voluntário. Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Aprova o Serviço Voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de fev. 1998.

FONTENELES, N. **Em defesa da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LADIM, L. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**. Rio de Janeiro: Letras, 2000.

LIMA FILHO, F. C. O estado social: modelo espanhol e modelo brasileiro. **Boletim Jurídico**, Uberaba, ano 4, n. 150, 2005.

MERQUIOR, J. G. **O liberalismo antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, R. **Ser e agir: movimento voluntário**. Campinas: Educar, 2004.

PINHEIRO, L. R. Trabalho voluntário. **Revista Temas Sociais em Expressão**, São Paulo: URI, 2003.

SILVA, G. G. **A percepção dos gestores e usuários das Instituições com relação ao Programa Banco de Alimentos do SESC Campina: um estudo investigativo**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso.- Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2008.

TEIXEIRA, J. S. F. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. Fortaleza: Cortez, 1996.

TOLEDO, E. G. Estados e políticas sociais no neoliberalismo. LAURELL, A. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 71-89.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

YOSHIDA, E. **Guia SESC Brasil 2004**. São Paulo: Abril, 2004.